

CONFLITOS TERRITORIAIS FRONTEIRIÇOS NO SÉCULO XIX: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE MINAS GERAIS

Border Territorial Conflicts in the 19th Century: Contributions to the Formation of Minas Gerais

Rafaela Santos Costa de Figueiredo¹

Recebido em: novembro de 2017

Publicado e aceito em: dezembro de 2017

Resumo

A história da formação do território brasileiro é cercada por conflitos pautados na luta pelo território, afim de delimitar e expandir fronteiras. Minas foi cenário de conflitos territoriais ao longo do século XIX, pois, tratava-se de uma região estratégica, com saídas para São Paulo, Rio de Janeiro, onde a família real encontrava-se instalada e o Espírito Santo e seus afluentes das águas do Rio Doce. A partir desse contexto, o presente escrito apresentará alguns conflitos territoriais fronteiriços importantes para a formação dos limites do atual estado mineiro. Com isso, torna-se o objetivo geral analisar conflitos territoriais que influenciaram na formação do estado de Minas Gerais no século XIX, pautando-se em alguns objetivos específicos: identificar e descrever os conflitos territoriais em Minas Gerais; contextualizar a economia da época. Os conflitos serão descritos independentemente de sua importância política. Os elementos metodológicos que pautam o artigo basicamente se resumem na análise de artigos geográficos; históricos pertinentes ao tema, afim de descrever melhor o contexto territorial dos oitocentos, além de consultas a textos na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - IHGB. Trata-se de uma pesquisa com enfoque teórico-bibliográfico, afim de contextualizar períodos e acontecimentos da época destacando alguns conflitos que contribuíram para a formação do estado mineiro atual.

Palavras-Chave: Minas Gerais; Território; Fronteiras

Abstract

The history of the Brazilian territory formation is surrounded by conflicts based on the struggle for territory, in order to delimit and expand borders. Minas was a scenario of territorial conflicts throughout the nineteenth century, since it was a strategic region, with routes to São Paulo, Rio de Janeiro, where the royal family was settled down and Espírito Santo and its tributaries of the Rio Doce river. From this context, the present paper will bring forward some relevant territorial borders conflicts to the actual Minas State formation. With this, it becomes the general objective to analyze territorial conflicts that influenced the formation of the state of Minas Gerais in the nineteenth century, setting on some specific objectives: identify and describe the territorial conflicts in Minas Gerais; contextualize the economy of the time. Conflicts will be described regardless of their political importance. The methodological elements that guide the article are basically summarized in the analysis of geographic articles; pertinent historic to the theme, in order to better describe the territorial context of the eight hundred, in addition to text researches in the IHGB Magazine. It is a research with a theoretical-bibliographic approach, in order to contextualize periods and events of the time highlighting some conflicts that contributed to the formation of the current state of Minas Gerais.

Key-words: Culture; Appropriation; Resistance.

INTRODUÇÃO

No passado, Minas Gerais ganhou destaque econômico devido a abundância de ouro e metais preciosos em seu território, sobretudo no século XVIII, porém, sua demarcação de fronteiras político-administrativa é recente e passou por alguns conflitos. O percurso até aqui demandou tempo e conflitos armados, com o objetivo de dominar os recursos naturais existentes que faziam de Minas Gerais até então a capital financeira do país. (Figura 01).

Seguindo a observação do mapa da Figura 01, Minas se concentrava no entorno das atuais cidades de Ouro Preto e Mariana, denominada como Minas, a região do Ouro e das pedras preciosas. Enquanto, no Campos do Sul, que seria parte do atual sul de Minas, para Castilho (2009, p.06) essa seria a região mineira, a mais populosa no século XIX, pois, “de acordo com o censo de 1872, o Sul de Minas possuía uma população ativa de 352.001 pessoas, sendo 279.778 livres e 72.223 cativos”.

Figura 1 - Delimitação do interior de Minas gerais no século XVIII



Mapa 1: Regionalização para o século XVIII

Fonte: CUNHA, Alexandre. M. 2007

A riqueza natural de Minas chamou atenção dos Bandeirantes² durante o século XVI, que iniciaram o desbravamento em parte território mineiro. As atuais cidades de Mariana e Ouro Preto (antiga Vila Rica) ganharam destaque na época, sendo então fundada em 1711, pela família real a primeira Vila de Minas Gerais nas proximidades dessas cidades, gerando crescimento populacional e econômico concentrado nessa região.

A temporalidade para o estudo dos conflitos territoriais, movimentos separatistas para o presente artigo, se dá no período que compreende o século XIX (1801-1900), com enfoque no estado de mineiro, porém, associando a fatos importantes no contexto brasileiro da época. Nesse sentido, vale lembrar a afirmação de Moraes (2008):

Sabemos que a demarcação de fronteiras são construções históricas que possuem vários pressupostos, entre eles a constituição dos Estados. Na verdade, no mundo moderno, são linhas que formalmente delimitam e legitimam as áreas de exercício de soberanias estatais. Assim, bordejam territórios, entendidos como espaços qualificados pelo domínio político. Há, desse modo, um componente de submetimento e conquista na definição de fronteiras, que geralmente tem em sua gênese um caráter bélico. (MORAES, 2008. p. 77)

Com isso, torna-se o objetivo geral analisar conflitos territoriais que influenciaram na formação do estado de Minas Gerais no século XIX, pautando-se em alguns objetivos específicos, sendo eles identificar e descrever os conflitos territoriais em Minas Gerais e contextualizar a economia da época. Os conflitos serão analisados independentemente de sua importância política.

Contudo, é importante ressaltar que o presente escrito faz parte de uma pesquisa maior de iniciação científica, que analisa a Historiografia Mineira do século XIX sob a ótica da Geografia.

Os elementos metodológicos que pautam o artigo basicamente se resumem na análise de artigos geográficos e históricos pertinentes ao tema, afim de descrever melhor o contexto territorial dos oitocentos. Trata-se de uma pesquisa com enfoque teórico bibliográfico, afim de contextualizar períodos e acontecimentos da época. Portanto, não serão analisados aqui todos os conflitos ocorridos durante 1800-1900, mas alguns que contribuíram para a formação do estado mineiro atual, portanto, serão discutidos conflitos do estado de Minas Gerais com Espírito Santo, São Paulo e alguns interesses do Rio de Janeiro.

Dentre os tantos conceitos geográficos existentes, *paisagem, região, espaço*; o enfoque atual se concentrará no *território*, que é trabalhado e definido por Souza (2015), levando-se em consideração as relações políticas e de poder.

O território (...) é fundamentalmente um espaço *definido e delimitado por e a partir de relações de poder*. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. (SOUZA, 2015. p.55)]

Os conflitos territoriais de fronteiras, em sua essência, são demasiadamente dotados de cunho político, ou seja, serão ignoradas fronteiras naturais, sentimento de pertencimento e

identificação da população. A questão neste trabalho não é atribuir um sentido único político ao território, mas entendê-lo no contexto espaço-temporal mineiro.

Conflitos territoriais mineiros no século XIX: fronteiras e território à margem do antagonismo

A história da formação do território brasileiro é cercada por conflitos pautados na luta pelo território, afim de delimitar e expandir fronteiras. Isso ocorre desde a negociação das que seriam as futuras terras brasileiras durante o Tratado de Tordesilhas³ (1494) até os dias atuais (2017) em que presenciamos movimentos separatistas no país, por exemplo na região sul, movimentos no estado de São Paulo e em algumas áreas da região norte.

Um dos conflitos importantes para se entender a formação territorial em Minas Gerais, se dá na demarcação da divisão entre o estado Mineiro e o Capixaba, que se estendeu durante praticamente toda a primeira metade do século XIX.

A demarcação ocorreu em 1800, com a colocação de um posto de registro do lado mineiro e de um quartel do lado do Espírito Santo (que deram origem às atuais cidades de Aimorés/MG e Baixo Guandu/ES), nas confluências dos rios Manhuaçu e Guandu com o rio Doce, respectivamente. O local denominado Cachoeiras das Escadinhas tornou-se referência para limitar os avanços dos mineiros na direção do litoral. (ESPINDOLA 2009, p. 76)

O Rio Doce possui sua nascente no município de Ressaquinha em Minas Gerais, na Serra da Mantiqueira, abrangendo também o estado do Espírito Santo. Este rio, foi um dos fatores de interesse geopolítico do século XIX. Por abranger ambos estados e possuir afluentes que através da navegação os levariam a pontos estratégicos do estado mineiro.

Minas na época ainda pouco desbravada, possuía o índio como uma figura contraditória, ora entendida como principal inimigo, ora como conhecedor do território. Assim, a figura do indígena era vista ora como inofensivo e noutra como inimigo.

A declaração de guerra implicou considerar o espaço como território, na medida em que a guerra existe como forma de resolver pela força questões de disputas territoriais. Isso alterava a tradição colonial lusitana, que sempre viu o índio como elemento componente do processo colonizador, isto é, a lógica da dinâmica colonial portuguesa fundamentava-se na incorporação do índio. A guerra e violência contra os índios estão presentes ao longo de toda história brasileira, porém no período colonial se justificavam principalmente como resposta às “agressões” indígenas ou como combate às práticas de antropofagia. Esses dois elementos foram sistematicamente atribuídos aos *botocudos*⁴ nas três décadas que antecedem à carta régia de 13 de maio de 1808. (ESPINDOLA 2009, p. 78 e 79)

Com a repulsa aos índios dentre os territórios de Minas e do Espírito Santo, a coroa portuguesa visa eliminar os nativos de seu lugar de origem “D. João VI chega ao Rio de Janeiro em março e apenas dois meses depois, em 13 de maio de 1808, assina uma carta régia com a declaração de guerra ofensiva aos nativos, determinando a formação de divisões militares para ocupar e controlar o território.” (ESPINDOLA, 2009)

Essas divisões militares foram denominadas de Divisão Militar do Rio Doce (DMRD), onde foram organizadas em 7 divisões, com aproximadamente 500 soldados ao todo. Cada uma delas receberia uma função, como cuidar dos interesses da corte, assumir o controle da área da atual Zona da Mata, controlar o curso do Rio Doce, ocupar áreas mais extensas, que seriam a Atual Ipatinga, Guanhães, Caratinga, Governador Valadares e Aimorés e ainda desbravar todo o Vale do Médio Rio Jequitinhonha e de parte do Mucuri.

As DMRD's tiveram papel importante no desbravamento e formação de parte do território mineiro, configurando a detenção da maior parte das águas do Rio Doce em Minas. Essas também eram responsáveis por catequizar os povos, celebrar casamentos, batizados e sepultamentos. Porém, essas divisões logo foram derrubadas pelos indígenas, que possuíam maior conhecimento dos territórios e das matas. Esquece-se que os índios são povos legitimamente brasileiros e não inimigos, como inicialmente vistos pela coroa portuguesa, tendo fim em 1818, dez anos depois e registrado oficialmente em 1834.

Muitas das terras mineiras recebiam a denominação de “Sertão”, que possui significado oposto aos sertões atuais. Esses espaços eram caracterizados principalmente por possuírem uma população oficial escassa, mas certamente bem conhecida dentre os povos indígenas.

Segundo Saint-Hilaire, o nome Sertão ou Deserto (entendido por muitos de seus contemporâneos, como sinônimo de sertão) não indica uma categoria político-territorial, mas sim uma divisão imprecisa assentada na natureza do território e principalmente pelo povoamento escasso ou rarefeito. (SILVA, 2015. p. 01)

Partindo em direção ao sul do estado de Minas Gerais, que faz divisa com São Paulo e Rio de Janeiro, as disputas territoriais se davam pela posse de São João Del Rei e o Sertão de Minas do Rio Verde⁵, que possui saída estratégica para o Rio de Janeiro. Essa parte de Minas não era tão povoada, mas não era de interesse ceder o território aos paulistas. Esse conflito se iniciou ainda no século XVIII e percorreu meados do XIX. “Vale lembrar que, após 1720, Minas Gerais já se constituía em capitania independente de São Paulo, sendo necessário assegurar as fronteiras austrais de seu território.” (CASTRO, 2010. p. 04)

Esse sertão do Rio Verde era área de fronteira e de disputa entre as autoridades de São Paulo e Minas Gerais. No governo de D. Brás Baltazar da Silveira foram criadas três comarcas para a região das Minas e ficou decretado como limites para a do Rio das Mortes a Serra da Mantiqueira, ao sul, e o sertão desconhecido, a oeste. Como consequência, o termo da vila de São João del Rei foi ampliado, estendendo-se até a Mantiqueira, fazendo com que sua Câmara se tornasse responsável pela administração de toda a região sul do território. (SILVA, 2015. p. 02)

Os conflitos na área de Minas do Rio Verde foi fator de disputa intensa entre mineiros e paulistas, percorrendo boa parte do século XVIII. Os direitos eram reivindicados principalmente de maneira violenta.

O governo da Capitania de São Paulo disputava com a Câmara da Vila de São João Del Rei o controle desta parte do território. Os conflitos não cessaram rapidamente, fazendo com que o senado da câmara da Vila de São João Del Rei necessitasse em 1743 reafirmar o auto de ocupação de posse da região, devido à presença de um representante do governo paulista no local, reivindicando o direito de posse sobre o arraial. (SILVA, 2015. p. 04)

A disputa pela região Rio Verde (entre o Rio Verde e Sapucaí) foi tão intensa que ficou marcada na história, sendo conhecida como *Motim das Minas do Rio Verde*, que para Castro (2010), “a indefinição dos limites de jurisdição foi um dos principais motivos dos litígios e violências coletivas corridas entre São Paulo e Minas Gerais ao longo do século XVIII.”

A elevação de *status* de pequenos povoados ao redor de São João Del Rei a categoria de Vilas (pertencentes a Minas Gerais), irritava os paulistas e o povo, que sentiam seus interesses contrariados por uma elite que atende somente seus próprios interesses, pois a própria disputada Minas do Rio Verde foi elevada a posição de Campanha do Rio Verde, que mais tarde se tornaria Vila.

A elevação à vila do antigo arraial de Campanha do Rio Verde deve ser entendida como parte de um movimento mais amplo que se inseria no contexto das transformações ocorridas em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, tanto em termos econômicos quanto políticos. Como já se apontou anteriormente, frente às descobertas auríferas e a ocupação do território, o estabelecimento de vilas em Minas Gerais configurou-se como um elemento poderoso de reafirmação da soberania portuguesa, da mesma forma que pode ser percebido também como recurso de organização administrativa. (SILVA, 2015. p. 06)

Essas mudanças e novas definições de fronteiras entre Minas e São Paulo fez parte de um processo histórico entre meados do século XVIII e início do XIX. Após a passagem de Brasil Império para República as disputas ainda continuavam, com Minas sendo favorecido pelo governo.

Com a instauração da República no Brasil (1889), novamente mineiros e paulistas tentaram chegar a um acordo acerca das divisas de seus estados. Convênios, acordos, projetos, decretos, relatórios, entre outros, foram elaborados, porém, nenhum deles proporcionou uma conciliação de comum acordo. Foi somente em 25 de maio de 1935 que o Decreto Constitucional do Governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, conseguiu a fixação de uma linha conciliatória “para a solução definitiva da questão de limites.” (CINTRA, 1935, p. 104).

Hoje cidades como São João del Rei e Campanha (Próxima a antiga Minas do Rio Verde), não possui tanta importância geopolítica como nos séculos passados, mas atualmente são cidades importantes por sua carga histórica devido ao seu passado e a sua paisagem, e por isso importantes no contexto turístico-econômico de Minas Gerais.

O sul de Minas Gerais, como um todo, também já foi cenário de conflitos territoriais, fronteiriços e separatistas, relacionados ao estado paulista. A independência da região era bem vista por uns, a anexação do território ao estado de São Paulo agradava mais a outros. Os discursos se alteravam de acordo com os interesses.

Durante o período imperial, diversos projetos de provincialização do Sul de Minas Gerais foram apresentados Câmara dos Deputados, a destacar os de 1854, 1862, 1868 e 1884. Destaque-se que os representantes do separatismo sul mineiro no parlamento eram, em sua maioria, naturais da cidade de Campanha ou atuantes neste importante centro político, econômico e cultural da época. (CASTRO, 2010, p. 01)

Os conflitos territoriais entre os estados de Minas e São Paulo então se encerram com a demarcação oficial dos territórios, que antes eram delimitados através de barreiras naturais.

[...] a fronteira entre Minas Gerais e São Paulo passou a ser definida por uma linha divisória contínua e não mais por marcos de pedra desconexos entre si. Isto denota evolução nas técnicas de demarcação territorial da época, todavia haveriam de ser por muito tempo balizadas por acidentes geográficos e não em elaborações espaciais abstratas como se utilizam hodiernamente. (CASTRO, 2010, p. 07)

Para Castro (2010, p. 04), os conflitos entre Minas e São Paulo foram intensos e duradouros devido a “iniciativas particulares e empresas financiadas pela administração metropolitana, a topografia do território mineiro permaneceu pouco conhecida até finais do Setecentos, o que corroborou para que as fronteiras entre Minas Gerais e São Paulo fossem constantemente contestadas e retificadas.”

Com isso, atesta-se que Minas Gerais passou por processos de intenso e duradouros conflitos durante o século XIX, afim de delimitar a sua extensão territorial, com intuítos majoritariamente políticos e na maioria das vezes deixando o povo sem voz, passando por cima da vontade da maioria.

Economia mineira no século XIX: breves considerações

Para entender a economia do estado de Minas Gerais nos oitocentos, por algumas vezes será necessário retornar ao século anterior, pois o elemento gerador da economia sofre transições lentas, enquanto a decadência ocorre de um lado, o surgimento de novos meios acontece de outro.

A primeira fonte geradora de um capital significativo no território brasileiro pautou-se na exploração da cana-de-açúcar na região nordeste, que teve seu declínio no final do século XVII. Com isso, deu-se início a busca por uma nova proveniência reprodutora de riquezas.

Os Bandeirantes Paulistas foram os primeiros a descobrir ouro no território mineiro no século XVII, fazendo com que o século XVIII fosse marcado pela intensa busca pelo mineral e outras pedras preciosas, pois se tratava de uma fonte de lucro alta. A mão de obra escrava era utilizada na busca por tais minérios e a província de Minas Gerais foi uma das que mais concentrou escravos no Brasil (CASTILHO, 2009).

A coroa, afim de obter mais lucros, começou a cobrar impostos, quem encontrasse ouro precisaria pagar o quinto⁶, caso a ordem fosse desobedecida, existia uma lei que castigava os civis, a derrama⁷.

Apesar do enfoque da economia mineira se concentrar primeiramente na cana de açúcar, posteriormente no ouro e por fim no café, as atividades fornecedoras de renda para o mercado interno eram bem diversificadas.

As teses mais tradicionais sobre economia e sociedade mineiras enfatizavam a importância da mineração no século XVIII, assentada no trabalho escravo. Este modelo econômico teria entrado em crise no último quartel do século e iniciado um lento trânsito para a agropecuária, culminando na economia cafeeira que fez a província reencontrar-se com a prosperidade e com o trabalho escravo. Ficam obscurecidos, quase irrelevantes, neste esquema a pujança do setor dedicado à produção de artigos de subsistência, consumidos no local ou comercializados em várias praças, e o seu apego à escravidão na maior parte do século XIX,

além de não ter a devida atenção a presença de outros setores da economia que, somados ao aparecimento da cafeeicultura e à recuperação da atividade mineradora, expressavam o panorama de uma realidade econômica bastante diversificada. (PASCOAL, 2007, p. 259)

Essa economia diversificada, concentrava-se principalmente para o mercado interno, uma vez que o Brasil dos oitocentos não tinha produção suficiente para a exportação. Para Castilho (2009, p. 12 e 13) “[...] tendo como principais atividades econômicas o agro pastoreio e a comercialização de gêneros voltados para o abastecimento interno – gado, porcos, carneiros e produtos como queijo, toucinho e a produção de fumo.”

As atividades econômicas realizadas anteriormente a proeminência do café, pautavam-se na subsistência do povo que gerava o lucro dos grandes fazendeiros na primeira metade do século XIX. Nesse ponto, o território mineiro se destacou como um fornecedor de alimentos, e seus caminhos antes abertos para exploração do ouro, em direção a Rio de Janeiro e São Paulo, foram de grande interesse geopolítico.

O cultivo do café primeiramente ganhou destaque no Rio de Janeiro, com investimentos de Dom Pedro II na área, “em 1880, os fazendeiros fluminenses respondiam por 60% da produção nacional, contra 25% de Minas, 10% de São Paulo e 5% do Espírito Santo.” (Castilho, 2009, p. 19). Porém, a decadência do modelo fluminense entrou em declínio, devido as condições do solo, que é pouco espesso e a pragas. A queda da produção de café na província do Rio de Janeiro no final do século XIX, foi transferida para São Paulo e Minas Gerais.

Em território mineiro, a Zona da Mata e o Sul de Minas destacaram-se na produção cafeeira, posteriormente a década de 70 dos oitocentos, aumentando a relevância econômica da província.

[...] 1870, a produção de café ainda não era a principal da região, mas ao longo do período em evidência, 1870 a 1918, o café ganhou forças e o Sul de Minas se tornou uma das principais regiões produtoras do estado, e num período posterior, 1960, a maior produtora do país. (CASTILHO, 2009)

Portanto, o século XIX se encerra com o café como principal fonte de renda da economia mineira e fator de desenvolvimento da região, pois, o café traz consigo desenvolvimento ferroviário que conseqüentemente acarreta no desenvolvimento de uma embrionária rede de cidades. Justamente em 1870 ocorre um surto ferroviário em Minas Gerais em decorrência do café, que contribuiu para a formação de vilas, que atualmente são as tantas pequenas e médias cidades da região sul mineira.

Como um dos produtos dessa pesquisa, foi possível estruturar alguns conflitos territoriais fronteiriços concentrados no sul e sudeste de Minas Gerais durante o século XIX e descreve-los afim de organiza-los para a compreensão do contexto mineiro dos oitocentos. Existem demais trabalhos que narram a questão, porém de maneira segregada. O intuito do atual escrito foi caracterizar vários conflitos em um único estudo.

Durante os acontecimentos descritos nos conflitos territoriais políticos, a economia mineira se fez entorno da região de Vila Rica, atual Ouro Preto, que posteriormente com a decadência dos minérios, concentrou seu foco na produção dos alimentos e consecutivamente no cultivo dos grãos do café, dando ao sul de Minas e a Zona da Mata importância política e com isso interesse para anexação em províncias vizinhas.

Todos esses acontecimentos foram moldando a província mineira que mais tarde viria a ser o atual estado de Minas Gerais, ainda com a forte presença do café, cercado de pequenas e médias cidades, evolução das vilas, que surgiram a partir das linhas férreas no século XIX, para escoar a produção cafeeira.

Portanto, os ocorridos mineiros de 1800-1900 contribuíram não somente para a formação territorial de maneira física, que por muitas vezes são citadas como argumentos de divisão territorial, sendo o relevo montanhoso certamente pertencente a Minas, mas para toda a construção de uma identidade mineira, no sentido econômico e cultural, como a produção de café.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo bibliográfico apresentado é notório que o processo de formação territorial do atual estado mineiro possui um complexo contexto, considerando-se o século XIX, que foi limitado a este artigo, abrangendo somente os estados vizinhos do Espírito Santo, São Paulo e algumas citações entorno do Rio de Janeiro, tendo como caminho os conflitos territoriais fronteiriços.

Certamente, esses conflitos foram dotados não somente da sede por terras, mas de interesses políticos, como é o caso dos estados mineiro e capixaba por exemplo, dividiam as águas do Rio Doce, sendo esse recurso natural um fator detenção de poder e controle conhecido desde esta época.

Minas Gerais e São Paulo detinham um interesse muito grande no que seria o atual Sul de Minas, devido a sua localização estratégica, com proximidade ao Rio de Janeiro e terras férteis para o cultivo de diversas culturas agrícola.

Portanto, é inegável a importância de se estudar o estado de Minas Gerais, uma vez que esse apresenta um passado repleto de acontecimentos que afetam a configuração do estado mineiro nos dias de hoje, desde as capitanias hereditárias até a diversidade territorial que configura o estado mineiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILHO, Fábio. F. A. Economia Sul-Mineira: O Abastecimento Interno e a Expansão Cafeeira (1870-1920). **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** – V.4 N^a 6 Jan-Jun. 2009.

CASTRO, Pérola. M.G. O Território Do Poder: Separatismo, Relações De Fronteira E Clivagens Regionais No Sul De Minas Gerais, Séculos XVIII e XIX. III Simpósio ILB - Itinerários da Pesquisa Histórica: métodos, fontes e caminhos temáticos. **Anais...** Mariana: DEHIS/UFOP, 2010.

CINTRA, A. **A questão de limites entre São Paulo e Minas**. São Paulo: Typografia Paulista, 1935.

CUNHA, Alexandre. M. Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX. **Rev. Bras. Hist.** vol.27 no.53 São Paulo Jan./June 2007

ESPINDOLA, Haruf. S. Território e Geopolítica nas Minas Gerais no Século XIX. **Belo Horizonte**, v. 11, n. 16, p. 71-88, jan./jun. 2009

MORAES, Antônio. C.R. **Território e História no Brasil**. 3^aed. São Paulo: Annablume, 2008.

PASCOAL, Isaías. Economia e Trabalho no Sul de Minas no Século XIX. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 2 (30), p. 259-287, ago. 2007.

SILVA, Edna. M.F. Território, Conflito e Acomodação na Demarcação Dos Limites Entre Minas Gerais E São Paulo - 1790-1820. XXVIII Simpósio Nacional de História. **Anais...** Florianópolis-SC 2015

SOUZA, Marcelo. L. “Território” da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. p. 53-90. In: **Território e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. Orgs: SAQUET, Marcos. A.; SPOSITO, Eliseu. S. 2^aEd. Rio de Janeiro: Consequência. 2015.

¹ Graduanda em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL-MG, desenvolve pesquisas no Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais-GERES

² Os bandeirantes eram homens, principalmente paulistas, que entre os séculos XVI e XVII atuaram na captura de escravos fugitivos, aprisionamento de indígenas e outras tarefas relacionadas. Atuaram também na procura de pedras e metais preciosos pelo interior do Brasil.

³ Tratado que dividia o “mundo desconhecido” a Oeste das Ilhas de Cabo Verde entre Portugal e Espanha.

⁴ Denominação portuguesa para índio considerados por eles canibais.

⁵ Até meados do século XVIII, a região compreendida à margem direita do rio Sapucaí, onde está assentada a atual cidade de Campanha, era conhecida pela vaga denominação de Minas do Rio Verde.

⁶ O Quinto foi um imposto pago para a coroa, imposto esse que equivalia a **20%** da quantidade encontrada de ouro e que era cobrado nas **casas de fundição**

⁷ Para os que não pagavam os impostos os soldados **invadiam** a casa do indivíduo e **recolhiam** os **bens** até completar o valor equivalente ao imposto.